

ROSE, Mike. **Why School?** reclaiming education for all of us. New York: The New Press, 2009. 175 p.

Mike Rose, professor da University of California at Los Angeles (UCLA), tem pesquisas fundamentais em três diferentes campos: leitura e escrita, educação e trabalho, e educação pública. Esses interesses são explicados por sua biografia. Filho de trabalhadores, Rose passou por escolas públicas de bairros pobres e teve muitas dificuldades para chegar à universidade. Professores atentos perceberam seu talento para a escrita quando ele cursava o ensino médio, e incentivaram-no a continuar seus estudos. Sua mãe, garçonne, colocou o pão na mesa da família graças aos rendimentos de um trabalho duro e socialmente desvalorizado.

Em **Why School? Reclaiming Education for All of Us**, o professor da UCLA traça um panorama de seus estudos nos três campos aqui mencionados, complementando-o com comentários sobre outros assuntos relacionados com educação, cidadania e cultura.

Em toda a obra o autor tem sempre presentes os ideais de uma sociedade democrática e das demandas de interesse público. Ele observa que os anos recentes foram marcados por um desencanto com instituições e programas públicos. A responsabilidade social foi esquecida, e os políticos promoveram uma visão de que ela poderia ser substituída por iniciativas do setor privado. Essa situação afetou profundamente modos de pensar sobre metas da educação, inteligência e responsabilidade social. **Why School?** procura superar tal visão pessimista e recolocar a educação pública no centro do palco de discussões sobre responsabilidade social.

Predomina hoje uma abordagem que enfatiza as finalidades econômicas das escolas. O autor sugere a recuperação dos valores das tradicionais finalidades da educação. Reafirma que esta tem como alvo o desenvolvimento intelectual, cívico e moral. E, ao considerar resultados da educação, entende que os padrões definidores de desempenho devem ser meta para todos. Rose se coloca contra uma educação menos exigente para as camadas da população que têm mais dificuldades nas escolas. Ao mesmo tempo, nota que é preciso ter sempre em mente as situações de vida que podem criar problemas para os estudantes mais pobres. Convém citar o autor neste ponto:

A pobreza não diminui necessariamente o poder da mente das pessoas, mas ela certamente chama a atenção para as competitivas demandas de segurança e sobrevivência. (p.28)

As situações difíceis de vida, o desemprego, as doenças crônicas podem ser responsáveis pelo fracasso escolar. Todas essas situações precisam ser consideradas em planos de melhoria da educação nas escolas públicas. E Rose, embora perfilhe ao lado de educadores que julgam ser necessário sonhar sonhos democráticos na educação, não alimenta qualquer tipo de messianismo pedagógico. Não defende uma escola salvadora, mas

sugere que esta é (ou deve ser) “a instituição central nos planos democráticos do bem comum”.

No Capítulo 4 – **Business Goes to School** – o professor da UCLA apresenta a questão da dimensão pública da educação com exemplos e críticas a alguns gestos muito frequentes de políticos e executivos das grandes corporações. Mostra como é comum a crítica das empresas e empresários à educação, em especial a pública.

Faz referência à foto em que um empresário, gênio das finanças, aparece dando aulas numa escola de periferia. E pergunta: em que outra área profissional figuras públicas aparecem substituindo profissionais do ramo? Em nenhuma outra, responde. Apenas em educação os políticos, empresários e artistas surgem como gente capaz de mostrar como fazer as coisas. A implicação desse tipo de participação de celebridades em atividades simbólicas de educação é dupla. Ela mostra que pessoas alheias ao fazer educacional têm soluções mais adequadas que os trabalhadores da educação. Ela reforça uma convicção bastante difundida de que qualquer um pode ensinar. Todas essas mensagens desvalorizam o saber educacional vindo do chão-de-escola e acumulados por mestres cuja experiência quase sempre é ignorada por acadêmicos e políticos.

Rose dá outro exemplo revelador. Num curso para gestores de escolas e sistemas de ensino, um guru da administração aconselha os profissionais a não se envolverem com detalhes do processo educacional, isso poderia desviá-los de julgamentos mais informados do ponto de vista administrativo; diz que a gestão de escolas em nada difere da gestão de fábricas ou hospitais. Esse modo de pensar, diz o professor da UCLA, é uma visão reducionista do que é aprender e ensinar. No jogo das críticas às instituições sociais, a escola é alvo de muitas sugestões de como a educação pode ser melhorada. Nos meios de comunicação, sugestões de empresários e celebridades sobre educação ganham manchetes. Mas, não há reciprocidade no caso. Em relações entre empresas e escola nunca se coloca o que a educação tem a dizer sobre práticas de gestão que resultam em danos para a cultura e a ética na sociedade. Rose encerra suas observações sobre educação pública, críticas à escola e o papel das empresas revelando que o gênio de finanças, retratado como “professor” numa escola de periferia e que vai às escolas públicas num trabalho benemérito, é executivo de empresas que praticam rapinagem financeira de curto prazo cujas consequências são desemprego, precarização das relações de trabalho, crise econômica.

As ideias mais instigantes de Rose podem ser encontradas no Capítulo 6, **Reflections on Intelligence in Workplace and the Schoolhouse**. Ele repara que nosso tempo tem o privilégio de conhecer as obras de Robert Steinberg e Howard Gardner, pesquisadores que mostraram que a inteligência é múltipla e como ações do dia a dia são grávidas de saber. Mas esses avanços no campo de estudos sobre inteligência muitas vezes não



são incorporados aos nossos modos de ver o saber em ação na escola e no trabalho.

Rose menciona seus estudos recentes sobre o saber em profissões como as de soldador e cabeleireiro. Repara que tais trabalhos têm conteúdos intelectuais respeitáveis e sugerem caminhos pouco trilhados em termos de nossos julgamentos sobre inteligência. As descobertas do autor sobre um saber quase sempre invisível levam-no a reflexões como esta:

*Considerem como muitas distinções que fazemos sem cuidado sobre o trabalho e que acarretam pesadas implicações sobre o trabalho e o trabalhador. Essas distinções são apresentadas geralmente como pares de oposição: cérebro versus mão, intelectual versus prático, puro versus aplicado, do pescoço para cima versus do pescoço para baixo. Tudo isso vem sendo intensificado em nossa era de alta tecnologia. (p. 74)*

O autor mostra que preconceitos contra o trabalho manual acabam nos impedindo de ver a riqueza intelectual presente em ofícios como o de carpinteiro, encanador e muitos outros. Além disso, Rose argumenta que certas profissões tradicionais têm todas as virtudes que os arautos da modernidade estão atribuindo exclusivamente ao trabalho organizado de acordo com as ideias de um modelo de gestão que se diz pós-industrial.

Ouvimos com muita frequência que vivemos num mundo completamente novo. O mundo da alta tecnologia e da sociedade da informação. Esse mundo requer trabalhadores criativos, capazes de resolver problemas, hábeis em colaboração e comunicação. E os educadores se apressam em dizer que nesse mundo a escola precisa preparar as pessoas para exercício de habilidades básicas requeridas pela nova economia. Ao mesmo tempo, os analistas da nova economia apresentam as velhas profissões como atividades pouco inteligentes e sem nenhuma das virtudes requeridas para as profissões da sociedade do conhecimento. Esse modo de pensar, segundo Rose, é inadequado para descrever o trabalho. Mais que isso, ele revela preconceitos contra o trabalho manual, deixando de reconhecer as dimensões de inteligência presentes em atividades humanas que estão na raiz de nossa civilização. É bom citar uma das observações que Rose faz sobre o assunto:

A s listas [de habilidades] da “nova economia” sugerem que os trabalhadores de fábricas e dos serviços tradicionais não se baseiam num corpo de conhecimento para fazer seu trabalho, nem aprendem a resolver problemas, nem têm de coordenar e negociar com outros trabalhadores. (p. 77)

O julgamento feito pelos analistas entusiasmados com a sociedade da informação não tem base histórica sólida. Deixa de perceber muitos dos conteúdos de saber que foram construídos em ambientes de trabalho de modo espontâneo pelos próprios trabalhadores. Um dos resultados dos desvios de tal análise é o de introduzir conteúdos teóricos em planos de formação profissional para enriquecer a educação dos trabalhadores. Rose não desconsidera a importância da educação acadêmica, mas faz uma advertência: muitas vezes a introdução de supostas teorias na formação do trabalhador é feita à custa do esvaziamento

dos saberes do fazer. O resultado final é o empobrecimento de programas educacionais voltados para o trabalho.

Rose mostra que as relações entre saberes do trabalho e saberes acadêmicos refletem visões que a sociedade tem sobre inteligência. E essas visões são culturalmente determinadas. Preconceitos contra a inteligência de trabalhadores, operários e profissionais de áreas de serviço afetam a educação. E as conseqüências não se reduzem a programas de capacitação profissional, elas talvez sejam até maiores na educação comum oferecida para todas as pessoas. Essas observações do autor sugerem superação dos modos convencionais de ver o conhecimento que se constrói no e pelo trabalho.

Vale enfatizar ideias de outro capítulo de *Why School?* Rose, no Capítulo 7 – **On Values, Work, and Opportunity** – constata que há uma crise de valores que caracteriza nosso tempo. Nos estudos que fez sobre aprendizagem entre alunos de cursos como os de carpintaria, mecânica ou sistemas hidráulicos, o autor constatou que o saber fazer sempre promove uma dimensão axiológica importante. O orgulho de fazer uma obra bem feita aflora nas narrativas dos contatos de Rose com alunos e professores de educação profissional:

O desenvolvimento de valores ocorre melhor em situações nas quais os jovens estão engajados em atividade em andamento e significativa. Os valores que emergem nesses exemplos [casos estudados pelo autor] não são ensinados de forma didática, nem são tópicos de uma lição [...]. Eles emergem do engajamento em trabalho substancial. Eles não vêm de cima. (p.95)

Rose escreve a partir de observações sobre a educação que se faz nos Estados Unidos. Mas suas observações são muito pertinentes para sistemas educacionais de outros países. Além do que já foi registrado até aqui, o autor aborda questões como a educação compensatória nas universidades, testes nacionais de verificação de aprendizagem, educação de adultos.

O autor considera que a aplicação de testes nacionais de verificação de aprendizagem é uma medida que pode instrumentar políticas democráticas de educação. Resultados obtidos podem, segundo ele, orientar as escolas para que estas busquem atingir para todos os alunos os padrões desejáveis. Mas ele observa que os testes não esgotam a definição de padrões. Sugere, por isso, que os fins da educação sejam objetos constantes de discussão pública.

*Why School?* é um guia para estudos sobre educação e democracia. A obra é iluminada por uma visão que coloca a escola pública no centro de políticas sociais. Isso é um sopro de esperança num mundo que havia desistido de construir uma sociedade voltada para interesses comuns de todos os seus cidadãos.

Jarbas Novelino Barato. Professor. Mestre em Tecnologia Educacional pela San Diego State University (SDSU). Doutor em educação pela UNICAMP.